

A RESISTÊNCIA DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ AO PROJETO EDUCACIONAL DA DITADURA MILITAR (1964-1968)

Patricia Henriques Mafra – PPG-UFRJ

Apresentação da pesquisa

O Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi fundado em 1948, com a finalidade de complementar a formação dos professores secundários que cursavam a antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A nossa hipótese é que vários fatores específicos do CAp (inovações pedagógicas que pôde realizar por ser um colégio de aplicação, contexto histórico, ligação orgânica com universidade, construção da “identidade capiana” e origem social dos alunos) contribuíram para que este se constituísse em um *locus* privilegiado de discussões críticas acerca da sociedade travadas no seio do corpo docente e discente (e entre parte deles e a direção), possibilitando que os seus alunos exercessem uma atividade política contra-hegemônica ao governo instituído após o golpe de 1964.

Golpe de 1964 e disputa de hegemonia

Desde o pós-guerra e a queda de Getúlio Vargas em 1945, a fração da burguesia que tinha ligações econômicas com empresas transnacionais experimentaram uma relação mais próxima com o poder de Estado, ainda que de forma parcial e instável, encontrando nos governos de Dutra, Café Filho e principalmente no de Juscelino Kubitschek, por meio da “administração paralela”, apoio para sua expansão na economia brasileira. Porém, para esse bloco multinacional e associado se fazia necessário um controle mais direto sobre o poder executivo. A oportunidade para tal empreendimento pareceu surgir com a figura de Jânio Quadros. Contudo, após sete meses de governo, sem apoio no Congresso, Jânio Quadros renunciou, frustrando as expectativas imperialistas.

A tentativa de impedir a posse de João Goulart, impetrada pelos ministros militares¹ tornou explícita a desconfiança de setores da classe dominante em relação a Goulart. René Dreifuss, em sua importante obra *1964: A conquista do Estado*, ressalta a importância desse episódio como uma lição para a intelectualidade orgânica do bloco modernizante e conservador:² a partir de então, tornar-se-ia necessária uma organização planejada, que deveria envolver o apoio de outros setores de classe dominantes e dos setores médios. Essa intelectualidade, incluindo grande parte dos militares da Escola Superior de Guerra, iniciou uma campanha visando desestabilizar o governo Goulart. Para tal, veiculou críticas ao governo na mídia, inclusive alertando para o perigo de ascensão política das massas (era comum acusar João Goulart de estar tentando implementar uma “república sindicalista” no Brasil), além de infiltrações em movimentos sociais e convencimento político entre os militares. Paralelamente, formulou e apresentou, entre os seus potenciais aliados, propostas consistentes e, na medida do possível, conciliatórias. Apenas depois de obter um sólido apoio, seria a hora de passar à conquista do poder de Estado propriamente dita.

O trabalho de Dreifuss é importante porque associa o sólido desenvolvimento da sociedade civil à conquista do poder em 1964, entendendo que o Brasil passava por um momento político em que não seria mais possível um golpe por simples decreto, sem respaldo social. Ele demonstra como o bloco modernizante e conservador buscou construir sua hegemonia antes mesmo da tomada do poder. Essa análise difere frontalmente das que consideram que no Brasil teria prevalecido (pelo menos até meados da década de 1970) o modelo “oriental” gramsciano. Virgínia Fontes afirma que essa visão é predominante na historiografia brasileira e destaca dois autores representativos: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, que confundem a “vontade nacional-popular” com a “sociedade civil”; opondo mecanicamente “sociedade civil” e “Estado” e desconsiderando a noção de “Estado ampliado”, que compreende uma articulação entre o Estado propriamente dito e os organismos privados das classes que o compõem.³

A tomada do poder em 1964 representou uma mudança no bloco histórico no poder. O setor de classe que passou a dirigir o Estado era a burguesia ligada às empresas

multinacionais, que tinham a perspectiva de se expandir nos países do Terceiro Mundo, tendo à frente um governo militar. Após a conquista do Estado, concretizada pelo golpe de 1964, o aspecto coercitivo tornou-se prioritário, indubitavelmente, pois havia a necessidade de eliminar as posições contrárias ao regime capazes de minar sua influência política, mas o consenso continuou a ser buscado. No campo econômico, podemos apontar que uma parcela das camadas médias se beneficiou da ampla instalação de empresas multinacionais no Brasil, que, somado ao “milagre econômico” (mesmo considerando que em grande parte o “milagre” foi uma construção ideológica), operaram como fator de cooptação.

Levando em conta a intensa repressão sofrida pelos sindicatos urbanos e rurais e a violenta perseguição dedicada aos partidos políticos de esquerda, o movimento estudantil se constituiu o mais importante opositor ao regime militar e pautou sua ação política principalmente pelo projeto educacional colocado em pauta pelo governo militar.

Projeto educacional do regime militar

O objetivo de expansão capitalista associada ao bloco multinacional, principal motivação para o golpe de 1964, implicava em uma profunda reestruturação no sistema educacional brasileiro. Em nossa perspectiva, a preocupação com a educação por parte do novo bloco histórico no poder se concentrou em três pontos, que permeiam as propostas e os projetos efetivamente implementados após o golpe de 1964: a formação de mão-de-obra para o desenvolvimento capitalista no Brasil, a contenção da movimentação política dos estudantes e o conteúdo disciplinar. Em uma palavra, era a *hegemonia* dos setores dominantes, em suas diversas manifestações, que estava em questão.

A implementação eficaz do projeto econômico em curso demandava mudanças profundas no sistema educacional brasileiro, de forma que este se adequasse às necessidades do capital multinacional e associado, que mantinha aparato tecnológico muito avançado para os padrões industriais nacionais. Portanto, a ampliação da educação era, em si, uma reivindicação tanto das classes dominantes quanto dos setores populares e médios. Porém, devemos apontar que o *modo* como essa ampliação foi feita, acompanhada de uma série de outras medidas que objetivavam a otimização da produtividade (principalmente na

universidade), burlaram o que seria uma expansão simples. De fato, o governo militar ofereceu em troca da expansão das vagas a redução da duração de muitos cursos universitários; a profissionalização em níveis educacionais mais baixos, de forma a conter demanda pelo ensino superior; e qualidade decrescente do mesmo.

Antes, porém, de as reformas na educação serem implementadas (entre 1968 e 1971, principalmente), alguns projetos foram discutidos ao longo dos quatro primeiros anos do regime militar. A parceria entre o Ministério da Educação e a Agency for International Development elaborou projetos entre junho de 1964 e 1968 que ficaram conhecidos como “Acordos MEC-USAID”. Após a grande crise na universidade, em 1968, o governo reuniu uma comissão sob a chefia de Meira Matos para analisar as causas dessa crise e propor soluções para ela. No final do mesmo ano, formou-se o Grupo de Trabalho para Reforma Universitária. Tomando essas propostas em conjunto, temos como principais características a procura pela otimização da relação entre investimento e produtividade e a adequação do sistema educacional às necessidades do mercado de trabalho.

Movimento estudantil

Durante o governo João Goulart, o movimento estudantil atuou politicamente no sentido de pressioná-lo a se aproximar das reivindicações populares e realizar as reformas de base. Como resultado dessa atuação, podemos citar a inclusão da reforma universitária como uma das reformas de base que deveriam merecer atenção das diretrizes governamentais, e a nomeação de Paulo de Tarso para ministro da Educação, tendo em conta que este era ligado à organização que dirigia o movimento estudantil, a Ação Popular. Entretanto, quando foram alteradas as conformações de classes no poder, após a vitória do movimento civil-militar de 1964, o movimento estudantil atuou como um organismo da sociedade civil contrário à hegemonia que o bloco multinacional e associado estava construindo.

Após o golpe de 31 de março de 1964, o movimento estudantil foi um dos primeiros alvos da força repressora. A sede da UNE foi queimada já no dia 1º de abril e logo nos primeiros meses tornou-se conhecido um projeto de lei prevendo a extinção das organizações estudantis oficiais.⁴ Promulgada em novembro do mesmo ano, a Lei Suplicy,

além de as suprimir, criou outras organizações subordinadas às direções das instituições a que pertenciam, numa tentativa de controle da movimentação política dos estudantes.

Conforme se tomava conhecimento das propostas para reformas no sistema educacional (sobretudo o superior), o movimento estudantil as criticava severamente. Realmente, as medidas que seriam implementadas pela ditadura militar eram frontalmente opostas às reivindicações estudantis, com exceção do fim do sistema de cátedras. Dessa forma, as principais bandeiras que motivavam protestos e manifestações políticas estudantis de todo tipo estavam ligadas ao projeto educacional da ditadura militar e às violentas repressões sofridas pelos estudantes em suas contestações públicas. Levando em conta que, notadamente nos anos de 1966 e 1968, a classe média, mesmo de forma oscilante, apoiou as contestações estudantis, podemos calcular o perigo antevisto pelo governo, o que explica a violenta repressão que sofreram.

Atuação política dos “capianos”

Em relação aos estudantes do CAp, afirmamos que estes⁵ se contrapuseram ativamente à hegemonia do bloco de poder pós-64. Nesta pequena comunicação não poderemos nos deter sobre os motivos que concorreram para isso, apenas expor alguns exemplos.

Até o estado atual da pesquisa, pudemos perceber que os alunos do CAp organizados politicamente participaram do movimento estudantil geral (de sua organização, de passeatas e greves), e, no Colégio de Aplicação, esforçaram-se para que outros alunos se inserissem nas ações e discussões políticas. Esse trabalho de convencimento dava-se principalmente por meio de atividades culturais internas, divulgação de jornal estudantil e inserção de colegas às atividades do movimento estudantil mais amplo. Nos deteremos aqui nas atividades internas dos “capianos”.

Por meio de *A Forja*, o jornal oficial do grêmio, percebemos que os estudantes divulgavam suas idéias contrárias à ditadura militar por meio de três eixos: crítica à pedagogia tecnicista e voltada para formação do mercado de trabalho; eventos culturais que continham crítica política ou social e textos estritamente políticos.

A discussão sobre filosofia pedagógica é o tema central de diversos artigos. A uma concepção pedagógica antiquada e conservadora, que se volta para a realização individual, esses artigos opõem uma relação com o conhecimento que deve servir aos oprimidos em nossa sociedade, e propõem uma discussão sobre como a ciência deve contribuir para o desenvolvimento nacional.

Por ser assunto de grande aceitação entre os estudantes, os eventos culturais e os textos que tratavam de cultura foram bastante expressivos em *A Forja* no período que abordamos. A encenação da peça *O auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, sobre a qual um artigo de *A Forja* realça os questionamentos políticos que ela trouxe;⁶ artigo sobre Bertolt Brecht enfatizando a relação entre arte e política⁷ e a enquete sobre o “iê-iê-iê”⁸ são alguns exemplos.

Não há constância de publicação de artigos que abordam mais explicitamente uma discussão política, possivelmente por conta de oscilações quanto à atividade censora da direção. Algumas vezes o humor foi a forma pelo qual os gremialistas expressaram suas idéias sobre a situação política do país, em outras o posicionamento político foi mais claro, como no artigo “Amadurecer para a liberdade”:

“Embora a democracia política seja muito pouco relativamente ao caminho que devemos percorrer para alcançar essa liberdade à qual nos referimos, não podemos nos permitir perder qualquer uma de suas conquistas fundamentais: o governo eleito pelo povo e responsável perante este (...).”⁹

Assim como o movimento estudantil se confrontava física e ideologicamente com o governo militar, os estudantes do CAP tinham a direção da escola como um dos obstáculos para suas atividades políticas. A falta de identidade de visões de mundo foi levada por esses dois grupos, em forma de ações políticas, para o interior do colégio. Por parte da direção, suas ações refletiram uma junção de concordância (ou submissão) ideológica com obrigações do ofício. Por parte dos alunos, era a sua forma de atuação para a transformação radical da sociedade, idéia formulada em outras instâncias dos movimentos contestatórios ao regime militar e que encontrou grande receptividade entre os “capianos”,

que conectaram essa idéia à própria orientação pedagógica da escola. Após pelo menos três anos de confrontos políticos, a direção fechou o grêmio e proibiu qualquer atividade extra-escolar em 1967. Estudantes foram expulsos pela direção por suas “atividades subversivas”¹⁰ e, em 1968 e 1969 outros saíram para enfrentar militarmente a ditadura.¹¹

Após o fechamento de seu organismo de representação, os estudantes do CAp formaram o “grêmio livre”. Embora ainda não tenhamos maiores informações sobre como eles atuaram após 1967, alguns exemplos foram encontrados. Um deles refere-se à proibição do evento de formatura na escola, teve de ser realizada no colégio São Vicente de Paulo, no bairro carioca do Cosme Velho. Os alunos não mantiveram a forma tradicional dos convites de formatura, e fizeram constar que o evento era dedicado ao Grêmio Odilo Costa Neto, com homenagens póstumas a Che Guevara e Guimarães Rosa; “desomenagens” para a diretora Irene Estevão de Oliveira, para as orientadoras educacionais, para a coordenação do CAp e ainda para o *Jornal do Brasil* e para a Polícia Militar.

Outra ocorrência deu-se em 1969. Em reunião de 2 de junho desse ano, a diretora Irene Estevão de Oliveira relatou o caso:

“As sessões de cinema, programadas pelos alunos, geraram perturbação à ordem. Circularam volantes não autorizados com análise dos filmes, dentro de diretrizes que colocavam os jovens contra os adultos. Foi programada a apresentação do filme *A hora e a vez de Augusto Matraga*, baseado em conto de Guimarães Rosa. (...) No entanto, no dia estabelecido, não foi exibido o filme programado, porém outro filme: *A opinião pública*.”¹²

Essa atitude foi encarada pela direção como uma mostra de “deslealdade e irresponsabilidade” e ensejou novas diretrizes no sentido de limitar ainda mais as atividades dos estudantes.

Tentamos, nessa breve comunicação, mostrar que os estudantes do CAp organizados politicamente atuaram durante os quatro primeiros anos da ditadura militar contra a constituição da hegemonia do bloco modernizante e conservador. Para tal, esses

alunos precisaram se contrapor à violência estatal em suas manifestações externas ao CAP, e também na própria escola, cuja direção em linhas gerais reproduziam as diretrizes governamentais e obstaculizavam as ações políticas estudantis.

¹ Dreifuss aponta a congruência de valores entre militares de alta patente e a ideologia modernizante-conservadora. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 77-78).

² Esse termo utilizado por René Dreifuss designa o setor multinacional e associado aliado ao setor agro-exportador.

³ FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. *História, capitalismo e democracia: reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, no prelo.

⁴ Já tramitava no Congresso um projeto de lei, proposto pela União Democrática Nacional (UDN) que previa controle e fiscalização dos organismos estudantis. O governo militar foi além, e optou pela extinção dos órgãos existentes e criação de novos totalmente subordinados ao governo. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987, p. 84.

⁵ Estamos tratando dos estudantes organizados politicamente. Para ter uma idéia desse contingente, podemos tomar como base a caracterização política que Alfredo Sirkis faz sobre os alunos do CAP em 1968: “Dos 350 alunos, uns 40 participavam, uns 100 eram eventualmente sensibilizáveis para atividades dentro do colégio, sempre que não radicalizássemos demais. O resto não queria saber de nada e, no 1º e 2º científico, havia uma patotinha de direita que, em alguns momentos, tentou se articular. (...) Esta correlação, comparada com a média dos educandários, era até muito boa.” SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 53.

⁶ “Alunos recebem bem a Compadecida”. *A Forja*, 1964, [nº 1].

⁷ “A atualidade de Brecht”. *A Forja*, ano XII, agosto de 1966, nº 4. Assinado por Henri Acselrad e Wilton Fonseca.

⁸ “Terceira enquete da Forja: o iê-iê-iê”. *A Forja*, ano XII, agosto de 1966, nº 4. A maioria das opiniões dos alunos criticaram esse movimento musical por motivos políticos, como: “não representa revolta contra qualquer situação, pelo menos não uma revolta ativa, que quer modificar a sociedade”; “ao condenar a sociedade nos seus aspectos secundários eles constituem uma manifestação da chamada ‘rebeldia abstrata’, ou seja, não atingem em nada a estrutura social”; “a alienação cultural é seguramente difundida pela música desprovida de letra consciente e tema dotado de integração problemática”; “uma parte da juventude parece ficar de tal modo seduzida por seu ritmo que se esquece dos seus deveres para com a sociedade. Dessa parte da juventude não se pode dizer que VIVE – pois viver é participar da vida em todos os seus aspectos, bons e maus – mas sim que VEGETA”.

⁹ “Amadurecer para a liberdade”. *A Forja*, ano XII, agosto de 1966, nº 4. Assinado por Carlos Bernardo Vainer.

¹⁰ ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 127.

¹¹ A partir de 1968, e principalmente depois do AI-5, diversos estudantes das principais capitais do país saíram de suas universidades/escolas e tornaram-se clandestinos, muitos deles participando da luta armada, que foi a principal forma de ação da esquerda até 1972, quando todos os grupos guerrilheiros foram completamente desmantelados.

¹² Este relato está registrado na ata da reunião do Conselho Técnico do CAP. Arquivado no Proedes sob o número CAP 054 DISC 045.